

EDUCAÇÃO INFANTIL E A TEMÁTICA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA: UMA ANÁLISE DOS MATERIAIS DE APOIO DURANTE A PANDEMIA SOB A ÓTICA DA PHC

Maria Isabel Gomes de
Araujo¹
Fabio Fernandes
Villela²

RESUMO

A dissertação apresentada analisa a implementação da Lei 10.639/03 em uma escola de educação infantil durante o ensino remoto na pandemia, utilizando a Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) como referencial. A pesquisa buscou avaliar se as práticas pedagógicas adotadas promoveram uma abordagem crítica e emancipadora da história e cultura afro-brasileira e indígena. A análise documental focou em planejamentos e materiais de apoio utilizados no ensino remoto, buscando identificar a presença da temática afro-brasileira e indígena, bem como a profundidade e qualidade da abordagem. A coleta de dados enfrentou limitações devido à perda de planejamentos individuais, mas a análise dos materiais de apoio disponíveis revelou tanto iniciativas de valorização da cultura africana quanto lacunas na mediação crítica e no aprofundamento de questões como racismo estrutural e desigualdades sociais. Os resultados apontam para a necessidade de formação docente que promova a integração efetiva das relações étnico-raciais na sala de aula e a descolonização dos currículos escolares, integrando as perspectivas africanas, indígenas e europeias. A PHC se apresenta como um caminho para a transformação social através da apropriação do saber sistematizado e da consciência crítica, superando a dicotomia entre teoria e prática. A pesquisa contribui para o debate sobre a implementação da Lei 10.639/03 na educação infantil, especialmente em contextos desafiadores como o ensino remoto.

Palavras-chave: Educação Antirracista; Educação Infantil; Identidade Negra; Pedagogia Histórico-Crítica.

INTRODUÇÃO

Este artigo se dedica à análise da temática afro-brasileira e indígena na Educação Infantil, com foco nos materiais de apoio pedagógico utilizados durante o ensino remoto imposto pela pandemia da Covid-19, sob a perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC). A PHC critica concepções pedagógicas tradicionais e compreende a educação como um processo de formação humana orientado para a emancipação do sujeito, defendendo a mediação sistemática dos conhecimentos científicos, artísticos e filosóficos.

A relevância desta investigação reside na urgência de promover práticas pedagógicas que assegurem equidade e justiça, combatendo o racismo estrutural que opera na construção da autoidentidade de crianças negras desde a primeira infância.

¹ Mestre pelo Programa de Pós graduação em Docência para a Educação Básica da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Faculdade de Ciências, Campus de Bauru – SP, isabel.araujo@unesp.br

² Professor orientador: Prof. Dr. Fabio Fernandes Villela, Programa de Pós graduação em Docência para a Educação Básica da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Faculdade de Ciências, Campus de Bauru – SP, fabio.villela@unesp.br



O trabalho tem como objetivo analisar a profundidade e a qualidade da abordagem da temática afro-brasileira e indígena nos materiais, avaliando se as práticas adotadas promoveram uma perspectiva crítica e emancipadora.

A pesquisa original, da qual este artigo constitui um recorte metodológico, foi elaborada no Programa de Pós-Graduação em Docência para a Educação Básica da UNESP e consistiu em um estudo de natureza qualitativa que combinou análise documental, questionários com professoras e a aplicação de um objeto de aprendizagem pedagógico. Para os propósitos deste artigo, o foco analítico está restrito exclusivamente à análise documental dos materiais de apoio pedagógico enviados às famílias durante o ensino remoto, documentos esses que substituíram os planejamentos mensais perdidos no período da pandemia.

A análise dos materiais de apoio revelou uma presença limitada e pontual de conteúdos relacionados às Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08. Embora a análise tenha identificado iniciativas de valorização da cultura africana (como sugestões de lendas e a oficina da boneca Abayomi), foram constatadas lacunas na mediação crítica e no aprofundamento de questões como racismo estrutural e desigualdades sociais. À luz da PHC, esses resultados evidenciam que os materiais permaneceram, em sua maioria, no âmbito do conhecimento cotidiano, sem promover a apropriação do saber sistematizado necessária para a construção de uma síntese crítica.

Em conclusão, os resultados apontam para desafios significativos na implementação da Lei nº 10.639/03 na Educação Infantil, reforçando a urgência da formação docente continuada e da descolonização dos currículos escolares, integrando efetivamente as perspectivas africanas, indígenas e europeias. A Pedagogia Histórico-Crítica se apresenta como um caminho para a transformação social através da apropriação do saber sistematizado e da consciência crítica, superando a dicotomia entre teoria e prática na luta pela educação antirracista.

METODOLOGIA

O presente estudo se configura como um recorte metodológico de uma Dissertação de Mestrado, caracterizando-se como uma pesquisa de natureza qualitativa. O foco da análise recai sobre a implementação das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 na Educação Infantil, especificamente no contexto do ensino remoto emergencial imposto pela pandemia da Covid-19 em uma escola pública de São José do Rio Preto, SP.



O referencial teórico-metodológico que fundamentou a análise crítica dos materiais de apoio é a Pedagogia Histórico-Crítica (PHC), que orientou a avaliação para verificar se os documentos analisados se limitaram ao conhecimento cotidiano ou se promoveram a apropriação do saber sistematizado, elementos fundamentais para a emancipação humana e o desenvolvimento da consciência crítica. A metodologia original da dissertação combinou análise documental, questionários com professoras e a aplicação de objeto de aprendizagem, mas para os propósitos deste artigo, o foco está restrito exclusivamente à análise documental.

O corpus de análise foi composto por três materiais pedagógicos de apoio enviados às famílias dos estudantes da Educação Infantil, referentes aos períodos de maio/junho, julho/agosto e outubro/novembro/dezembro de 2020. Essa concentração nos materiais de apoio deveu-se à limitação imposta pela gestão escolar, que informou a perda dos planejamentos mensais e semanais individuais dos professores, o que impossibilitou o acesso aos registros detalhados das práticas docentes originais durante o período do ensino remoto. A análise dos documentos foi conduzida por meio da Pesquisa Documental em articulação com a técnica de Análise de Conteúdo, conforme as orientações metodológicas de Gil (2002; 2008). Utilizou-se a Análise de Conteúdo de forma qualitativa e sistemática, empregando a tabulação para quantificar a recorrência de temas ou atividades diretamente relacionados às Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08.

As categorias de análise foram definidas em relação direta às Leis, buscando identificar a presença e a natureza dos conteúdos sobre história e culturas afro-brasileira, africana e indígena. Tais categorias incluíram: Menção explícita às Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, Indicação de autores/artistas afro-brasileiros ou africanos, Sugestões de obras literárias ou musicais com a temática e Linguagem valorizadora da diversidade e combate ao racismo. A aplicação rigorosa dessas categorias permitiu constatar a presença limitada e pontual desses conteúdos nos documentos analisados, fundamentando a discussão sobre a efetividade da implementação da legislação à luz dos pressupostos da PHC.

Por fim, a pesquisa original seguiu todos os procedimentos éticos, obtendo a anuência da direção escolar e a aprovação do Comitê de Ética da FC/UNESP, conforme o Parecer número 76884823.8.0000.5398.

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico central deste artigo é a Pedagogia Histórico-Crítica (PHC), uma abordagem que, no contexto brasileiro, tem em Dermeval Saviani um de seus principais expoentes. A PHC fundamenta-se no materialismo histórico-dialético,



compreendendo a educação não como um processo neutro ou de mera adaptação, mas sim como um instrumento essencial para a formação humana e para a emancipação humana. Essa pedagogia critica as concepções tradicionais que reduzem o papel da escola à reprodução de saberes hegemônicos ou à adaptação do indivíduo às demandas do mercado, buscando, em contrapartida, a transformação social.

Para a PHC, a escola possui a função primordial de socializar o saber sistematizado historicamente acumulado pela humanidade. Essa é a condição para que o indivíduo supere o conhecimento cotidiano (ou senso comum) e desenvolva a consciência crítica. O saber sistematizado é, portanto, o instrumento cultural forjado no desenvolvimento histórico que capacita as classes trabalhadoras para a luta pela efetivação da igualdade e da liberdade. Ao se apropriar desse conhecimento, o sujeito torna-se capaz de compreender e atuar criticamente sobre a realidade. Essa articulação entre teoria e prática (conhecida como filosofia da práxis) é crucial para promover a reflexão crítica e a transformação social.

A escolha da PHC é intrinsecamente ligada à problemática da pesquisa, que articula a crítica materialista com a luta antirracista. A desvalorização da cultura negra no currículo escolar é vista como um contínuo da desvalorização da força de trabalho negra no capitalismo dependente brasileiro. Nesse sentido, o objetivo da educação, na perspectiva histórico-crítica, é desvelar essas contradições e garantir que o conhecimento mediado pela escola não reforce o currículo eurocêntrico que silencia as narrativas afrodiáspóricas. O professor atua como mediador intencional, organizando o conhecimento para torná-lo acessível e transformador, contribuindo para a construção de uma identidade positiva e antirracista desde a Educação Infantil.

Assim, a PHC serve como o prisma crítico para a análise dos materiais de apoio. O olhar não se limita a constatar a presença ou ausência de temas (o cumprimento legal superficial), mas a avaliar se os materiais e as propostas pedagógicas ali contidas promovem a mediação intencional necessária para que as crianças se apropriem de saberes objetivos e historicamente construídos sobre a cultura afroindígena-brasileira. A constatação de que os materiais, em sua maioria, permaneceram no âmbito do conhecimento cotidiano, sem promover as mediações para a síntese crítica, demonstra a aplicabilidade da PHC como referencial para identificar as lacunas na efetiva implementação das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 no contexto do ensino remoto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise documental, foco central deste estudo, incidiu sobre três materiais pedagógicos de apoio (referentes aos períodos de maio/junho, julho/agosto e

outubro/novembro/dezembro de 2020) que foram enviados às famílias dos estudantes da Educação Infantil durante o ensino remoto emergencial. Essa análise buscou verificar a presença e a natureza dos conteúdos relacionados às Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, sendo conduzida com cautela devido à limitação imposta pela perda dos planejamentos individuais dos professores, o que restringiu o acesso à metodologia didática detalhada.

1- Análise dos Materiais de Apoio e a Presença Pontual da Temática

Os resultados da tabulação, realizada por meio da Análise de Conteúdo, revelaram que a inclusão de conteúdos relacionados à história e culturas afro-brasileira, africana e indígena foi limitada e pontual, e frequentemente superficial nos documentos analisados. A Tabela 4 (Síntese da análise dos materiais de apoio) demonstrou que as categorias cruciais, como a Menção explícita à Lei nº 10.639/03, Indicação de autores/artistas afro-brasileiros ou africanos, e o uso de Linguagem valorizadora da diversidade e combate ao racismo, apresentaram zero ocorrências em todos os três materiais.

Ao detalhar por material, observou-se:

- Primeiro Material (Maio/Junho de 2020): A única ocorrência identificada relacionada à cultura africana foi a sugestão de leitura da “Lenda africana da galinha d’Angola”. Contudo, essa menção foi apresentada de forma isolada e sem conexão com a história de resistência dos povos africanos ou com o racismo estrutural, o que reduziu seu potencial crítico.
- Segundo Material (Julho/Agosto de 2020): Apresentou iniciativas pontuais que foram consideradas positivas por romperem com a hegemonia eurocêntrica. Foram incluídas sugestões como brincadeiras africanas ("Terra Mar" e "Pegue o Bastão"), lendas africanas e a "Oficina da boneca africana Abayomi". No entanto, tais iniciativas ficaram restritas a seções específicas e não foram sistematicamente aprofundadas ao longo do currículo.
- Terceiro Material (Outubro/Novembro/Dezembro de 2020): Este material demonstrou uma ausência completa de ocorrências diretas e explícitas relacionadas à Lei nº 10.639/03 nas categorias analisadas. As atividades e temas abordados concentraram-se em outras áreas do desenvolvimento infantil.

2- Discussão sob a Ótica da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC)

À luz da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC), os resultados demonstram que os materiais analisados, em sua maioria, permaneceram no âmbito do conhecimento cotidiano (senso comum). A PHC postula que o papel da escola é mediar a apropriação do saber sistematizado para que o aluno possa desenvolver a consciência crítica e atuar na transformação da realidade.

A inclusão de elementos culturais (como a lenda ou a boneca Abayomi) sem vinculação à

história de resistência, à diáspora africana ou ao combate ao racismo estrutural despolitiza a temática e impede a apropriação do saber sistematizado. Essa superficialidade não promove o salto qualitativo na consciência exigido pela PHC. Ao negligenciar a valorização da cultura negra no currículo, a escola deixa de reconhecer a riqueza histórica do país, reproduzindo uma abordagem de dominação e fragilizando o enfrentamento ao racismo estrutural.

3- O Diálogo com as Barreiras Estruturais Docentes

A superficialidade e a natureza pontual dos conteúdos nos materiais de apoio dialogam com os desafios estruturais enfrentados pelas professoras, conforme evidenciado nos questionários da pesquisa original (que servem de contexto e corroboração para os achados documentais).

As professoras, embora em sua maioria (69,2%) afirmassem conhecer as leis, também relataram dificuldades em incorporá-las de forma consistente, qualificando essa inclusão como "Pouco" ou restrita a momentos específicos. Essa dificuldade está ligada à carência de formação continuada específica sobre cultura afro-indígena e a uma percepção de despreparo para lidar com o racismo de forma eficaz e aprofundada.

A principal lacuna que explica a insuficiência dos materiais é a necessidade urgente de formação continuada e de recursos pedagógicos adequados, demandas explicitamente reforçadas pelas sugestões das professoras. A falta de instrumentalização (teórica e prática) impede que o docente vá além das ações pontuais, resultando em materiais de apoio que não conseguem sustentar a mediação pedagógica intencional e crítica requerida pela PHC.

Ademais, o contexto do ensino remoto durante a pandemia da Covid-19 agravou a situação, expondo e intensificando desigualdades educacionais, o que somou complexidade à já desafiadora implementação das leis

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo, um recorte metodológico de uma Dissertação de Mestrado, dedicou-se à análise da temática afro-brasileira e indígena nos materiais pedagógicos de apoio utilizados pela Educação Infantil de uma escola pública de São José do Rio Preto (SP) durante o ensino remoto emergencial, com a finalidade de avaliar a implementação das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 sob a perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC).

A análise documental revelou que a inclusão de conteúdos relacionados à história e culturas afro-brasileira, africana e indígena foi limitada e pontual. Constatou-se que as ocorrências se concentraram em seções específicas e, mesmo quando presentes, apresentavam-se como elementos culturais isolados (como a sugestão de lendas ou a confecção da boneca Abayomi). Essa superficialidade reduziu o potencial crítico do

material, uma vez que não houve articulação com a história de resistência dos povos africanos ou o enfrentamento ao racismo estrutural.

Interpretados à luz da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC), esses achados evidenciam que os materiais pedagógicos analisados, em sua maioria, permaneceram no âmbito do conhecimento cotidiano (senso comum). O currículo, ao falhar em promover a mediação intencional de saberes sistematizados sobre as culturas afroindígena-brasileira, deixou de contribuir para o desenvolvimento da consciência crítica das crianças, elemento fundamental para a emancipação humana defendida pela PHC. A fragilidade do currículo se manifestou, inclusive, na escolha de materiais que, inadvertidamente, podem perpetuar estereótipos e reforçar a centralidade da branquitude, ilustrando o que se denomina "Pacto Narcísico da Branquitude" no contexto educacional (Bento, 2022).

O contexto do ensino remoto imposto pela pandemia da Covid-19, marcado pela sobrecarga docente e pelas desigualdades de acesso à tecnologia, agravou os desafios. Os achados documentais, em diálogo com os questionários da pesquisa original, sugerem que a insuficiência de conteúdos antirracistas nos materiais foi um reflexo das barreiras estruturais e formativas enfrentadas pelas docentes, que relataram carência de formação continuada específica e recursos didáticos adequados para atuar de forma consistente e planejada.

Diante disso, a pesquisa reitera que a efetiva implementação das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 na Educação Infantil exige a superação dessas lacunas estruturais, consolidando três elementos essenciais: mediações pedagógicas intencionais e sistematizadas, formação docente contínua com apoio institucional, e valorização explícita e estruturante da cultura afroindígena-brasileira no cotidiano escolar. Somente por meio de políticas educacionais sólidas e ações coletivas será possível construir uma Educação Infantil que seja inclusiva, equitativa e efetivamente transformadora.

Proposições para Pesquisas Futuras

Embora este artigo se restrinja à análise documental, é importante considerar as limitações metodológicas impostas pela perda dos planejamentos individuais dos professores, o que impediu uma análise mais aprofundada da metodologia didática.

Portanto, sugere-se que estudos futuros possam aprofundar as seguintes áreas, em consonância com a prospecção da aplicação empírica para a comunidade científica:

1. Formação Docente: Investigar as políticas de capacitação existentes, sua real aplicação na prática pedagógica e os mecanismos necessários para fornecer recursos e materiais didáticos críticos que superem abordagens estereotipadas e promovam a descolonização curricular.
2. Avaliação de Recursos Complementares: A pesquisa original contemplou a criação de um podcast voltado à formação docente. Sugere-se a avaliação do impacto da utilização

desse recurso como ferramenta formativa, verificando sua contribuição para a apropriação crítica dos conteúdos e a efetiva implementação das Leis no cotidiano escolar.

3. Replicação da Intervenção: Explorar a replicação do objeto de aprendizagem educacional "Dança Afro Infantil" em diferentes contextos e redes de ensino. A intervenção, que demonstrou o potencial da PHC para promover o fortalecimento da identidade negra na infância, serve como modelo para verificar sua eficácia em outras realidades educacionais

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Maria Isabel Gomes. **Música Afroindígena-brasileira na Educação Infantil: construindo a Identidade Negra sob a ótica da Pedagogia Histórico-Crítica**. 2025. 241 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Docência para a Educação Básica) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências, Bauru, 2025.

ARAUJO, Maria I. G. **Dança Afro Infantil** [playlist]. 2025. Disponível em: <https://open.spotify.com/playlist/6TaH3jrWlgaDolxqAmonLc?si=E7EytobASE6Q9xL9FzWsKA&pi=MWERit5VTtpX> . Acesso em: 04 maio 2025.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afroindígena-brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm . Acesso em 25 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.645**, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afroindígena-brasileira e Indígena”. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/11645.htm . Acesso em: 25 jan. 2024.

GASPARIN, João Luiz. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. Edição revista. Campinas: Autores Associados, 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Nilma Lino. Cultura negra e educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 23, p. 75–85, maio 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000200006> . Acesso em: 30 mar. 2025.

MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão. **A prática pedagógica histórico-crítica na educação infantil e ensino fundamental**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

